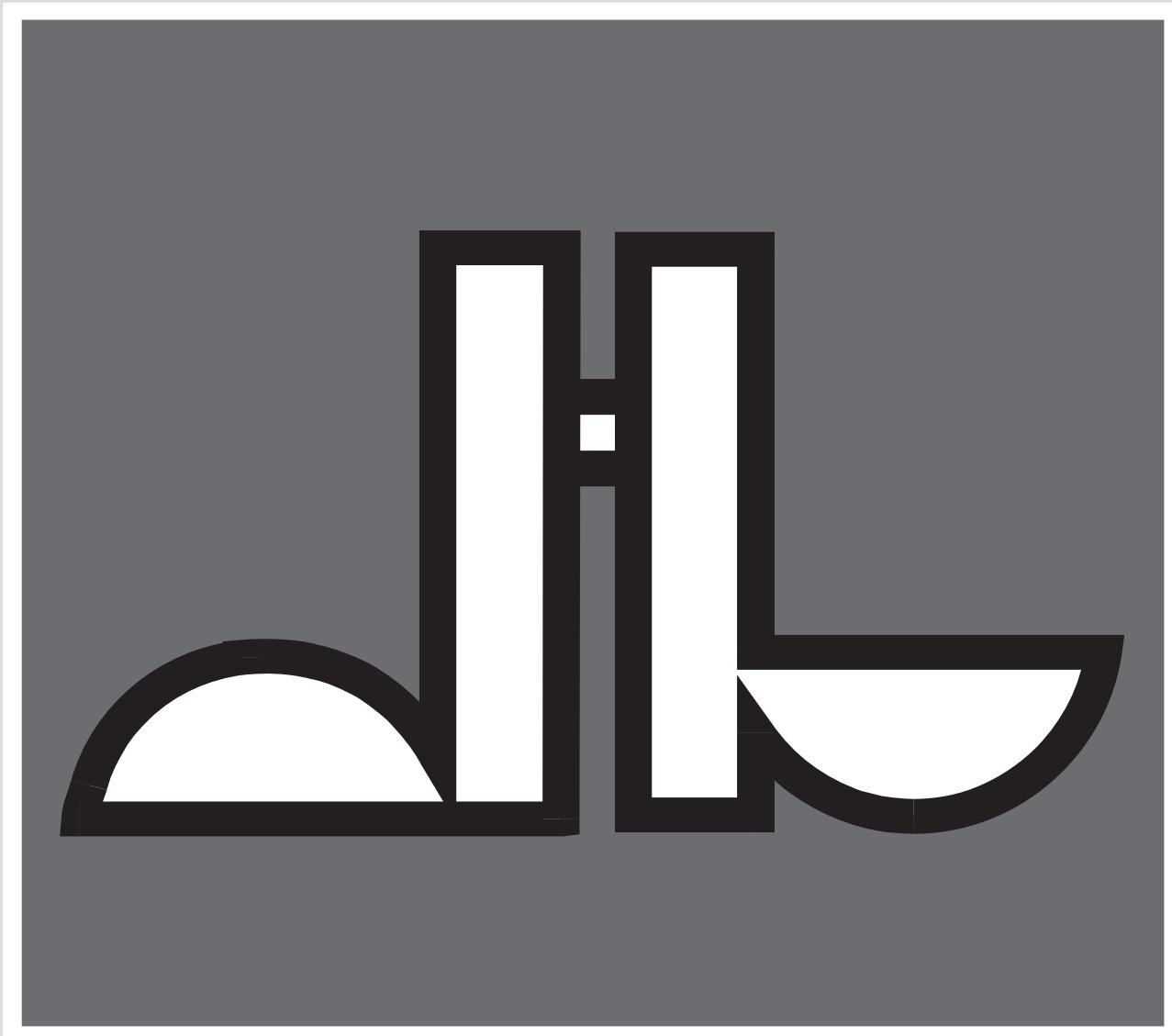




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXIII - Nº 002 - SEXTA-FEIRA, 22 DE FEVEREIRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **GARIBALDI ALVES FILHO** – PMDB – RN

1º Vice-Presidente

Deputado **NARCIO RODRIGUES** – PSDB – MG

2º Vice-Presidente

Senador **ÁLVARO DIAS** – PSDB – PR

1º Secretário

Deputado **OSMAR SERRAGLIO** – PMDB – PR

2º Secretário

Senador **GERSON CAMATA** – PMDB – ES

3º Secretário

Deputado **WALDEMIR MOKA** – PMDB – MS

4º Secretário

Senador **MAGNO MALTA** – PR – ES

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2008

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007**, que “Altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 25 de fevereiro de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 15 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 74, DE 2007

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 400, de 26 de outubro de 2007**, que “Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de R\$ 50.000.000,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 7 de fevereiro de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 21 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 2^a SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de Requerimento

Nº 1, de 2008-CN, de urgência para o Projeto de Resolução nº 2, de 2007-CN, que altera a redação do § 2º do art. 4º da Resolução nº 1, de 1970-CN (Regimento Comum), para ampliar o número de vice-líderes do Governo no Congresso Nacional. **Aprovado**.

34

1.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 2, de 2007-CN, que altera a redação do § 2º do art. 4º da Resolução nº 1, de 1970-CN (Regimento Comum), para ampliar o número de vice-líderes do Governo no Congresso Nacional. **Aprovado**, após parecer de Plenário. À

Promulgação.

36

1.3.1 – Leitura de requerimento

Nº 2, de 2008-CN, de autoria do Deputado Carlos Sampaio e outros Srs. Congressistas, solicitando a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos), por integrantes da Administração Pública Federal, denominados econômicos. À publicação. A Presidência fará as designações oportunamente.

37

1.3.2 – Leitura de vetos presidenciais

Veto Parcial nº 12, de 2007 (Mensagem nº 55/2007 – CN), apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 335/2006), que dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981 e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências.

62

Veto Parcial nº 13, de 2007 (Mensagem nº 56, de 2007-CN), apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 340/2006), que efetua alterações na tabela do

imposto de renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.128, de 28 de junho de 2005, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 10.260, de 12 de julho de 2001, 6.194, de 19 de dezembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 6.094, de 30 de agosto de 1974, 8.884, de 11 de junho de 1994, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.706, de 14 de setembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 11.311, de 13 de junho de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005 e do Decreto-Lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988; e dá outras providências.

62

Veto Parcial nº 14, de 2007 (Mensagem nº 57/2007 – CN), apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 353/2007), que dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências..

62

Veto Parcial nº 15, de 2007 (Mensagem nº 58/2007 – CN), apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 352/2007), que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga o art. 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

62

Veto Parcial nº 17, de 2007 (Mensagem nº 71, de 2007-CN), apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 351/2007), que cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI; reduz para 24 (vinte e quatro) meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, decorrentes da

aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.666, de 8 de maio de 2003, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.892, de 13 de julho de 2004, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.196, 21 de novembro de 2005; revoga dispositivos das Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977; e dá outras providências.....	62	gresso Nacional nº 2, de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências... Veto Parcial nº 29, de 2007 (Mensagem nº 133/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 372/2007), que dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos à vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nºs 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006, 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, 10.696, de 2 de julho de 2003, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.427, de 27 de maio de 1992, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.....	63
Veto Parcial nº 18, de 2007 (Mensagem nº 73/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 341/2006), que altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.480, de 2 de julho de 2002, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, 11.356, 11.357 e 11.358, de 19 de outubro de 2006, 8.025, de 12 de abril de 1990, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 11.457, de 16 de março de 2007, e dá outras providências....	62	Veto Total nº 30, de 2007 (Mensagem nº 137/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002 (nº 7.509/2006, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.....	63
Veto Parcial nº 19, de 2007 (Mensagem nº 74/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 349/2007), que institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências.....	62	Veto Parcial nº 31, de 2007 (Mensagem nº 176/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2007 (nº 1.631/2007, na Casa de origem), que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; altera o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.....	63
Veto Parcial nº 20, de 2007 (Mensagem nº 75/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 339/2006), que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.....	63	Veto Total nº 32, de 2007 (Mensagem nº 177/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.	63
Veto Parcial nº 21, de 2007 (Mensagem nº 80/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea “b” do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988, para modificar o processamento de embargos no Tribunal Superior do Trabalho.	63	Veto Total nº 34, de 2007 (Mensagem nº 180/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003 (nº 7.362/2006, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder adicional de periculosidade aos carteiros e dá outras providências.....	63
Veto Parcial nº 26, de 2007 (Mensagem nº 107/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei do Con-	63	Veto Parcial nº 35, de 2007 (Mensagem nº 182/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), que torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.	63

Veto Parcial nº 36, de 2007 (Mensagem nº 184/2007 – CN), aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 33, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 387/2007), *que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, nos exercícios de 2007 e 2008.....*

63

Veto Parcial nº 37, de 2007 (Mensagem nº 185/2007 – CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006 (nº 5.288/2005, na Casa de origem), *que estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988,*

8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências.....

64

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Constituição das Comissões Mistas e estabelecimento do dia 12 de março de 2008 para que as referidas Comissões apresentem seus relatórios, nos termos do art. 105 do Regimento Comum. O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 22 de março próximo...

65

1.4 – ENCERRAMENTO

CONGRESSO NACIONAL

2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 2^a Sessão Conjunta, em 21 de fevereiro de 2008

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho

ÀS 13 HORAS E 39 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Min. DEM	DF	ADELMIR SANTANA		X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR		X
Bloco-PSDB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES		X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL		X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X
DEM	MG	ELISEU RESENDE		X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS		X
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO		X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA		X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO		X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO		X
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO		X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIINO		X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X
DEM	TO	KÁTIA ABREU		X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA		X
PMDB	PI	MÃO SANTA		X
PSDB	MS	MARISA SERRANO		X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X
DEM	PE	MARCO MACIEL		X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO		X
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X
PMDB	SC	NEUTO DO COUTO		X
PDT	PR	OSMAR DIAS		X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA		X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE		X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
Bloco-PTB	SP	ROMEU TUMA		X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI		X
PMDB	MA	ROSEANE SARNEY		X
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA		X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		x

COMPARECERAM: 67

E AS SRAS. E OS SRS. DEPUTADOS:

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Angela Portela	PT	
Edio Lopes	PMDB	PmdbPscPtc
Francisco Rodrigues	DEM	
Luciano Castro	PR	
Marcio Junqueira	DEM	
Neudo Campos	PP	
Urzeni Rocha	PSDB	
Presentes de Roraima: 7		
AMAPÁ		
Dalva Figueiredo	PT	
Evandro Milhomen	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Fátima Pelaes	PMDB	PmdbPscPtc
Janete Capiberibe	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Jurandil Juarez	PMDB	PmdbPscPtc
Lucenira Pimentel	PR	
Sebastião Bala Rocha	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes de Amapá: 7		
PARÁ		
Bel Mesquita	PMDB	PmdbPscPtc
Beto Faro	PT	
Gerson Peres	PP	
Giovanni Queiroz	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Lúcio Vale	PR	
Nilson Pinto	PSDB	
Paulo Rocha	PT	
Vic Pires Franco	DEM	
Wandenkolk Gonçalves	PSDB	
Wladimir Costa	PMDB	PmdbPscPtc
Zé Geraldo	PT	
Zenaldo Coutinho	PSDB	
Zequinha Marinho	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes de Pará: 13		
AMAZONAS		
Átila Lins	PMDB	PmdbPscPtc
Carlos Souza	PP	
Marcelo Serafim	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Praciano	PT	
Rebecca Garcia	PP	
Vanessa Grazziotin	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes de Amazonas: 6		
RONDÔNIA		
Anselmo de Jesus	PT	
Lindomar Garçon	PV	
Marinha Raupp	PMDB	PmdbPscPtc
Mauro Nazif	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Moreira Mendes	PPS	
Natan Donadon	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes de Rondonia: 6		

	Partido	Bloco
ACRE		
Fernando Melo	PT	
Flaviano Melo	PMDB	PmdbPscPtc
Gladson Cameli	PP	
Henrique Afonso	PT	
Nilson Mourão	PT	
Perpétua Almeida	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Sergio Petecão	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes de Acre: 7		
TOCANTINS		
João Oliveira	DEM	
Laurez Moreira	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Lázaro Botelho	PP	
Moises Avelino	PMDB	PmdbPscPtc
Nilmar Ruiz	DEM	
Osvaldo Reis	PMDB	PmdbPscPtc
Vicentinho Alves	PR	
Presentes de Tocantins: 7		
MARANHÃO		
Carlos Brandão	PSDB	
Cleber Verde	PRB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Clóvis Fecury	DEM	
Davi Alves Silva Júnior	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Gastão Vieira	PMDB	PmdbPscPtc
Julião Amin	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Nice Lobão	DEM	
Pedro Fernandes	PTB	
Pedro Novais	PMDB	PmdbPscPtc
Pinto Itamaraty	PSDB	
Professor Setimo	PMDB	PmdbPscPtc
Roberto Rocha	PSDB	
Sarney Filho	PV	
Sebastião Madeira	PSDB	
Waldir Maranhão	PP	
Presentes de Maranhão: 15		
CEARÁ		
Aníbal Gomes	PMDB	PmdbPscPtc
Ariosto Holanda	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Chico Lopes	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Ciro Gomes	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Eudes Xavier	PT	
Eugenio Rabelo	PP	
Eunício Oliveira	PMDB	PmdbPscPtc
Flávio Bezerra	PMDB	PmdbPscPtc
Gorete Pereira	PR	
José Airton Cirilo	PT	
José Guimarães	PT	
José Linhares	PP	
José Pimentel	PT	
Leo Alcântara	PR	
Marcelo Teixeira	PR	
Mauro Benevides	PMDB	PmdbPscPtc
Paulo Henrique Lustosa	PMDB	PmdbPscPtc
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
Vicente Arruda	PR	
Zé Gerardo	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes de Ceará: 20		

	Partido	Bloco
PIAUÍ		
Átila Lira	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
B. Sá	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Ciro Nogueira	PP	
Júlio Cesar	DEM	
Marcelo Castro	PMDB	PmdbPscPtc
Mussa Demes	DEM	
Nazareno Fonteles	PT	
Osmar Júnior	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Paes Landim	PTB	
Presentes de Piauí: 9		
RIO GRANDE DO NORTE		
Betinho Rosado	DEM	
Fábio Faria	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Fátima Bezerra	PT	
Felipe Maia	DEM	
Henrique Eduardo Alves	PMDB	PmdbPscPtc
João Maia	PR	
Rogério Marinho	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Sandra Rosado	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes de Rio Grande do Norte: 8		
PARAÍBA		
Armando Abílio	PTB	
Damião Feliciano	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Efraim Filho	DEM	
Luiz Couto	PT	
Manoel Junior	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Marcondes Gadelha	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Rômulo Gouveia	PSDB	
Walter Brito Neto	PRB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Wellington Roberto	PR	
Wilson Braga	PMDB	PmdbPscPtc
Wilson Santiago	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes de Paraíba: 11		
PERNAMBUCO		
Ana Arraes	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
André de Paula	DEM	
Armando Monteiro	PTB	
Bruno Araújo	PSDB	
Bruno Rodrigues	PSDB	
Carlos Eduardo Cadoca	PSC	PmdbPscPtc
Edgar Mouri	PMDB	PmdbPscPtc
Eduardo da Fonte	PP	
Fernando Coelho Filho	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Fernando Ferro	PT	
Gonzaga Patriota	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Inocêncio Oliveira	PR	
José Chaves	PTB	
José Mendonça Bezerra	DEM	
Marcos Antonio	PRB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Maurício Rands	PT	
Pedro Eugênio	PT	
Raul Henry	PMDB	PmdbPscPtc
Raul Jungmann	PPS	
Renildo Calheiros	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Roberto Magalhães	DEM	
Silvio Costa	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Wolney Queiroz	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes de Pernambuco: 23		

	Partido	Bloco
ALAGOAS		
Augusto Farias	PTB	
Benedito de Lira	PP	
Carlos Alberto Canuto	PMDB	PmdbPscPtc
Cristiano Matheus	PMDB	PmdbPscPtc
Francisco Tenorio	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Givaldo Carimbão	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Joaquim Beltrão	PMDB	PmdbPscPtc
Maurício Quintella Lessa	PR	
Olavo Calheiros	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes de Alagoas: 9		
SERGIPE		
Albano Franco	PSDB	
Iran Barbosa	PT	
Jackson Barreto	PMDB	PmdbPscPtc
Jerônimo Reis	DEM	
José Carlos Machado	DEM	
Valadares Filho	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes de Sergipe: 6		
BAHIA		
Alice Portugal	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Antonio Carlos Magalhães Neto	DEM	
Claudio Cajado	DEM	
Daniel Almeida	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Edigar Mão Branca	PV	
Edson Duarte	PV	
Fábio Souto	DEM	
Félix Mendonça	DEM	
Guilherme Menezes	PT	
João Almeida	PSDB	
João Carlos Bacelar	PR	
João Leão	PP	
Jorge Khoury	DEM	
José Carlos Aleluia	DEM	
José Carlos Araújo	PR	
José Rocha	PR	
Joseph Bandeira	PT	
Jusmari Oliveira	PR	
Jutahy Junior	PSDB	
Luiz Bassuma	PT	
Luiz Carreira	DEM	
Marcelo Guimarães Filho	PMDB	PmdbPscPtc
Marcos Medrado	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Mário Negromonte	PP	
Maurício Trindade	PR	
Nelson Pellegrino	PT	
Paulo Magalhães	DEM	
Roberto Britto	PP	
Sérgio Brito	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Severiano Alves	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Veloso	PMDB	PmdbPscPtc
Walter Pinheiro	PT	
Zezéu Ribeiro	PT	
Presentes de Bahia: 33		

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
Ademir Camilo	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Aelton Freitas	PR	
Antônio Andrade	PMDB	PmdbPscPtc
Antônio Roberto	PV	
Aracely de Paula	PR	
Bonifácio de Andrada	PSDB	
Carlos Melles	DEM	
Carlos Willian	PTC	PmdbPscPtc
Ciro Pedrosa	PV	
Eduardo Barbosa	PSDB	
Elismar Prado	PT	
Fábio Ramalho	PV	
Fernando Diniz	PMDB	PmdbPscPtc
George Hilton	PP	
Gilmar Machado	PT	
Humberto Souto	PPS	
Jaime Martins	PR	
Jairo Ataide	DEM	
Jô Moraes	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
João Bittar	DEM	
João Magalhães	PMDB	PmdbPscPtc
José Fernando Aparecido de Oliveira	PV	
Lael Varella	DEM	
Leonardo Monteiro	PT	
Leonardo Quintão	PMDB	PmdbPscPtc
Lincoln Portela	PR	
Luiz Fernando Faria	PP	
Márcio Reinaldo Moreira	PP	
Marcos Montes	DEM	
Mário de Oliveira	PSC	PmdbPscPtc
Mário Heringer	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Mauro Lopes	PMDB	PmdbPscPtc
Miguel Corrêa Jr.	PT	
Miguel Martini	PHS	
Odair Cunha	PT	
Paulo Piau	PMDB	PmdbPscPtc
Rafael Guerra	PSDB	
Reginaldo Lopes	PT	
Saraiva Felipe	PMDB	PmdbPscPtc
Virgílio Guimarães	PT	
Vitor Penido	DEM	
Presentes de Minas Gerais: 41		
ESPÍRITO SANTO		
Camilo Cola	PMDB	PmdbPscPtc
Irinny Lopes	PT	
Jurandy Loureiro	PSC	PmdbPscPtc
Lelo Coimbra	PMDB	PmdbPscPtc
Luiz Paulo Vellozo Lucas	PSDB	
Manato	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Rita Camata	PMDB	PmdbPscPtc
Rose de Freitas	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes de Espírito Santo: 8		

RIO DE JANEIRO

	Partido	Bloco
Alexandre Santos	PMDB	PmdbPscPtc
Andreia Zito	PSDB	
Arnaldo Vianna	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Ayrtom Xerez	DEM	
Brizola Neto	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Carlos Santana	PT	
Chico Alencar	PSOL	
Chico DAngelo	PT	
Deley	PSC	PmdbPscPtc
Dr. Adilson Soares	PR	
Edmilson Valentim	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Edson Ezequiel	PMDB	PmdbPscPtc
Eduardo Cunha	PMDB	PmdbPscPtc
Eduardo Lopes	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Felipe Bornier	PHS	
Fernando Gabeira	PV	
Fernando Lopes	PMDB	PmdbPscPtc
Filipe Pereira	PSC	PmdbPscPtc
Geraldo Pudim	PMDB	PmdbPscPtc
Hugo Leal	PSC	PmdbPscPtc
Indio da Costa	DEM	
Jair Bolsonaro	PP	
Jorge Bittar	PT	
Leandro Sampaio	PPS	
Léo Vivas	PRB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Leonardo Picciani	PMDB	PmdbPscPtc
Luiz Sérgio	PT	
Marcelo Itagiba	PMDB	PmdbPscPtc
Marina Maggessi	PPS	
Miro Teixeira	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Neilton Mulin	PR	
Nelson Bornier	PMDB	PmdbPscPtc
Pastor Manoel Ferreira	PTB	
Rodrigo Maia	DEM	
Rogerio Lisboa	DEM	
Sandro Matos	PR	
Silvio Lopes	PSDB	
Simão Sessim	PP	
Vinicius Carvalho	PTdoB	

Presentes de Rio de Janeiro: 39**SÃO PAULO**

	Partido	Bloco
Aldo Rebelo	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Aline Corrêa	PP	
Antonio Bulhões	PMDB	PmdbPscPtc
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	
Arlindo Chinaglia	PT	
Arnaldo Faria de Sá	PTB	
Arnaldo Jardim	PPS	
Arnaldo Madeira	PSDB	
Cândido Vaccarezza	PT	
Carlos Sampaio	PSDB	
Carlos Zarattini	PT	
Celso Russomanno	PP	
Cláudio Magrão	PPS	
Clodovil Hernandes	PR	

Devanir Ribeiro	PT	
Dr. Nechar	PV	
Dr. Ubiali	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Duarte Nogueira	PSDB	
Edson Aparecido	PSDB	
Emanuel Fernandes	PSDB	
Fernando Chucre	PSDB	
Francisco Rossi	PMDB	PmdbPscPtc
Frank Aguiar	PTB	
Guilherme Campos	DEM	
Ivan Valente	PSOL	
Janete Rocha Pietá	PT	
Jilmar Tatto	PT	
João Paulo Cunha	PT	
Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
Jorginho Maluly	DEM	
José Aníbal	PSDB	
José Eduardo Cardozo	PT	
José Genoíno	PT	
José Paulo Tóffano	PV	
Lobbe Neto	PSDB	
Luciana Costa	PR	
Luiza Erundina	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Marcelo Ortiz	PV	
Márcio França	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Milton Monti	PR	
Nelson Marquezelli	PTB	
Paulo Pereira da Silva	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Paulo Renato Souza	PSDB	
Paulo Teixeira	PT	
Regis de Oliveira	PSC	PmdbPscPtc
Reinaldo Nogueira	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Renato Amary	PSDB	
Ricardo Berzoini	PT	
Ricardo Izar	PTB	
Ricardo Tripoli	PSDB	
Roberto Santiago	PV	
Silvinho Peccioli	DEM	
Silvio Torres	PSDB	
Valdemar Costa Neto	PR	
Vanderlei Macris	PSDB	
Vicentinho	PT	
Walter Ihoshi	DEM	
William Woo	PSDB	

Presentes de São Paulo: 59

	Partido	Bloco
MATO GROSSO		
Carlos Abicalil	PT	
Eliene Lima	PP	
Thelma de Oliveira	PSDB	
Valtenir Pereira	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Wellington Fagundes	PR	
Presentes de Mato Grosso: 5		
DISTRITO FEDERAL		
Augusto Carvalho	PPS	
Jofran Frejat	PR	
Laerte Bessa	PMDB	PmdbPscPtc
Magela	PT	
Osório Adriano	DEM	
Rodovalho	DEM	
Rodrigo Rollemberg	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Tadeu Filippelli	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes de Distrito Federal: 8		
GOIÁS		
Carlos Alberto Leréia	PSDB	
Chico Abreu	PR	
Íris de Araújo	PMDB	PmdbPscPtc
João Campos	PSDB	
Jovair Arantes	PTB	
Leandro Vilela	PMDB	PmdbPscPtc
Leonardo Vilela	PSDB	
Luiz Bittencourt	PMDB	PmdbPscPtc
Marcelo Melo	PMDB	PmdbPscPtc
Pedro Chaves	PMDB	PmdbPscPtc
Pedro Wilson	PT	
Professora Raquel Teixeira	PSDB	
Ronaldo Caiado	DEM	
Rubens Otoni	PT	
Sandes Júnior	PP	
Sandro Mabel	PR	
Tatico	PTB	
Presentes de Goiás: 17		
MATO GROSSO DO SUL		
Antônio Carlos Biffi	PT	
Antonio Cruz	PP	
Dagoberto	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Geraldo Resende	PMDB	PmdbPscPtc
Nelson Trad	PMDB	PmdbPscPtc
Vander Loubet	PT	
Waldemir Moka	PMDB	PmdbPscPtc
Waldir Neves	PSDB	
Presentes de Mato Grosso do Sul: 8		

	Partido	Bloco
PARANÁ		
Abelardo Lupion	DEM	
Affonso Camargo	PSDB	
Alex Canziani	PTB	
Angelo Vanhoni	PT	
Barbosa Neto	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Chico da Princesa	PR	
Dr. Rosinha	PT	
Eduardo Sciarra	DEM	
Gustavo Fruet	PSDB	
Hermes Parcianello	PMDB	PmdbPscPtc
Luciano Pizzatto	DEM	
Luiz Carlos Hauly	PSDB	
Luiz Carlos Setim	DEM	
Marcelo Almeida	PMDB	PmdbPscPtc
Moacir Micheletto	PMDB	PmdbPscPtc
Nelson Meurer	PP	
Odílio Balbinotti	PMDB	PmdbPscPtc
Ratinho Junior	PSC	PmdbPscPtc
Ricardo Barros	PP	
Rocha Loures	PMDB	PmdbPscPtc
Takayama	PSC	PmdbPscPtc
Presentes de Paraná: 21		
SANTA CATARINA		
Angela Amin	PP	
Décio Lima	PT	
Djalma Berger	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Edinho Bez	PMDB	PmdbPscPtc
Fernando Coruja	PPS	
Gervásio Silva	PSDB	
João Matos	PMDB	PmdbPscPtc
José Carlos Vieira	DEM	
Nelson Goetten	PR	
Paulo Bornhausen	DEM	
Valdir Colatto	PMDB	PmdbPscPtc
Vignatti	PT	
Presentes de Santa Catarina: 12		
RIO GRANDE DO SUL		
Afonso Hamm	PP	
Beto Albuquerque	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Cesar Schirmer	PMDB	PmdbPscPtc
Claudio Diaz	PSDB	
Darcísio Perondi	PMDB	PmdbPscPtc
Eliseu Padilha	PMDB	PmdbPscPtc
Germano Bonow	DEM	
Henrique Fontana	PT	
Ibsen Pinheiro	PMDB	PmdbPscPtc
Luciana Genro	PSOL	
Luis Carlos Heinze	PP	
Luiz Carlos Busato	PTB	
Manuela DÁvila	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Marco Maia	PT	
Maria do Rosário	PT	
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	PmdbPscPtc
Onyx Lorenzoni	DEM	
Paulo Pimenta	PT	
Paulo Roberto	PTB	
Pompeo de Mattos	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Renato Molling	PP	
Sérgio Moraes	PTB	
Vieira da Cunha	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Vilson Covatti	PP	
Presentes de Rio Grande do Sul: 24		

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Senhores Senadores e 429 Senhores Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a seja apreciado requerimento de urgência de nossa autoria no início dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, gostaria de me congratular, em nome da Liderança do PSDB, com V. Ex^a e com o Presidente Arlindo Chinaglia pela brilhante e oportuna decisão de se voltar a apreciar vetos presidenciais.

Quero também manifestar meu regozijo por termos programada para hoje, para logo mais, a leitura do pedido de CPMI. Há tratativas a fazer. Temos muito esperança no diálogo franco que revele a vontade de apuração dos fatos de maneira equilibrada.

Seguro estou também de que, cumprindo o dever, como é da praxe de V. Ex^a, mais tarde, no Senado – e não há razão regimental para não procedermos assim –, V. Ex^a haverá de proceder à leitura da CPI solicitada por nós, no Senado. Não importa que seja quarta ou quinta-feira. Lá não há limites para instalação de CPIs.

Portanto, se nós fizéssemos isso hoje, seria um belo tento do Parlamento: proceder à leitura da CPMI hoje, aqui, e à da CPI do Senado mais tarde. De modo que possamos trabalhar com muito critério e responsabilidade aos olhos da Nação, sem espetaculosidade, mas com a vontade de chegar às verdades verdadeiras dos fatos, a tudo que disser respeito aos tais cartões corporativos.

Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO RANDS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Maurício Rands, Líder do PT.

Congratulo-me com S. Ex^a pela eleição.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero dizer da minha honra de participar de uma sessão do Congresso Nacional presidida por V. Ex^a, eu que tenho laços profundos também com o Rio Grande do Norte, além do meu Estado de Pernambuco.

Quero parabenizar V. Exa, Presidente Arlindo Chinaglia, juntamente com o Presidente Garibaldi Alves Filho, pela iniciativa de identificar, reciprocamente, 5 projetos que foram aprovados em cada Casa. Tão logo as pautas estejam destrancadas, as duas Casas – Câmara e Senado – poderão votá-los no esforço concentrado. As proposições tratam de tarifa de energia elétrica, medidas na área da segurança pública.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito será transparente na punição de irregularidades no uso dos cartões corporativos. Anunciei, semana passada, a indicação do Deputado Luiz Sérgio para o posto da Relatoria da Comissão. A bancada do Partido dos Trabalhadores irá colaborar com a investigação na CPMI, que será a CPMI da transparência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Atendendo à solicitação do Deputado Gilmar Machado, o Segundo Vice-Presidente da Casa, Deputado Inocêncio Oliveira, fará a leitura do requerimento de urgência.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1, DE 2008-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do Projeto de Resolução n° 2, de 2007-CN, que “Altera a redação do § 2º do art. 4º da Resolução n° 1, de 1970-CN (Regimento Comum), para ampliar o número de vice-líderes do Governo no Congresso Nacional”, na presente Sessão.

Sala das Sessões, em **21 de fevereiro** de 2008.

Roseana Sarney
Senadora **Roseana Sarney**
Líder do Governo no Congresso Nacional

Sen. Gilmar Machado
Sen. Gilmar Machado
Bloco Cívico
PMDB/SP 19

Sen. Vicentinho
Sen. Vicentinho PI/SP 4781

Sen. José Carlos Aleluia
Sen. José Carlos Aleluia
PP/CD 40

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós, da Oposição, dialogamos com a Líder Roseana Sarney e com os outros Líderes da Oposição e estabelecemos um acordo. Será necessário, evidentemente, que a Senadora Roseana Sarney confirme sua disposição em cumpri-lo, e a palavra dela, para nós, é suficiente.

Concordamos em aprovar a ampliação do número de vagas, não de cargos – apenas mais Deputados ou Senadores poderão representar o Governo na condição de Vice-Líderes na Comissão de Orçamento, aqui no Plenário etc. –, e o Governo daria, antecipadamente, sua concordância para que, se não fosse possível hoje, se não ficasse pronta a redação, viéssemos a aprovar na próxima reunião a criação da Liderança da Minoria no Congresso, que seria um espelho da Liderança do Governo. Evidentemente com estrutura menor, mas com o mesmo número de Vice-Líderes, alternando entre os partidos de Oposição, como já ocorre no Senado e na Câmara.

Portanto, com a concordância da Senadora Roseana Sarney, que já o fez em particular, estamos plena-

mente de acordo em aprovar a proposta do Deputado Gilmar Machado.

A SRA. ROSEANA SARNEY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PMDB – MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiro, gostaria de parabenizá-lo por estar comandando agora a sessão do Congresso Nacional e também pelo seu trabalho à frente do Senado e, agora, à frente do Congresso Nacional.

Anteriormente, tive oportunidade de conversar com os Líderes da Oposição e entramos em acordo que fosse criado o cargo de Líder da Minoria no Congresso Nacional.

Portanto, não há nenhum problema. O acordo está feito e vai ser cumprido.

Podemos colocar em pauta este ofício que estamos solicitando agora no tocante à ampliação de mais 2 vagas para a Liderança, no Congresso, do Governo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a

O SR. ALBANO FRANCO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALBANO FRANCO (PSDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do PSDB, quero me congratular com V. Ex^a e parabenizá-lo. Eu, que conheço V. Ex^a de muitos anos, cumprimento-o, principalmente porque V. Ex^a está colocando em prática seus pronunciamentos, seus discursos. É isso que admiramos e respeitamos no Presidente Garibaldi Alves Filho.

Parabéns e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Deputado Albano Franco.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento.

Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à apreciação da matéria.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 02/2007, do Congresso Nacional, que altera a redação do § 2º do art. 4º da Resolução nº 1, de 1970-CN, do Regimento Comum, para ampliar o número de Vice-Líderes do Governo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Inocêncio Oliveira, para proferir o parecer, pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 130 do Regimento Comum.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR – PE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves Filho, Srs. Senadores e Srs. Deputados, o presente Projeto de Resolução nº 02/2007, do Congresso Nacional, de autoria da ilustre Senadora Roseana Sarney, Líder do Governo no Congresso Nacional, deseja apenas ampliar o número de Vice-Líderes no Congresso Nacional, que atualmente compõem-se de 3 Vice-Líderes. Ela pretende mais 2 Vice-Líderes, para atender às necessidades técnicas legislativas do Congresso Nacional.

Ora, o Senado Federal tem apenas 81 Senadores da República. O Líder do Governo tem o número que quiser de Vice-Líderes. O Regimento Interno do Congresso Nacional não define o número de Vice-Lí-

deres. Atualmente tem 4. Na Câmara dos Deputados, a Liderança do Governo tem 5 Vice-Líderes.

Ora, Sr. Presidente, se o Congresso Nacional compõe-se de 81 Senadores e 513 Srs. Deputados, nada mais justo do que ampliar de 3 para 5 Srs. Vice-Líderes. Não aumenta despesa, não cria qualquer cargo. Portanto, é uma medida altamente salutar que vem fortalecer os debates no Congresso Nacional.

Este é o nosso parecer, totalmente a favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O parecer do Deputado Inocêncio Oliveira concluiu pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o projeto na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 2, DE 2007 – CN

Altera a redação do § 2º do art. 4º da Resolução nº 1, de 1970-CN (Regimento Comum), para ampliar o número de vice-líderes do Governo no Congresso Nacional.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º O § 2º do art. 4º do Regimento Comum passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º

.....
§ 2º O Líder do governo poderá indicar até cinco vice-líderes, dentre os integrantes das representações partidárias que apóiem o governo.

..... (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro-Secretário em exercício, Deputado Inocêncio Oliveira.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 2, DE 2008-CN

(Do Sr. Carlos Sampaio e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônominos.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do § 2º, do art. 58, da Constituição Federal e na forma do art. 21, do Regimento Comum do Congresso Nacional, a instituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar, no âmbito do Governo Federal, possíveis casos de uso abusivo do chamado “cartão corporativo” criado pelo Decreto nº 2.809/98 e instituído a partir de 2001 (ano em que passou a ser efetivamente utilizado) em especial no que tange a compra de bens e serviços supérfluos ou fora do exercício funcional, bem como eventual fracionamento de despesas, a ensejar fuga ao processo licitatório.

Outrossim, fica consignado que as apurações deverão se dar observada a decisão do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do HC nº 71.039-5/RJ, sendo relator o então Ministro Paulo Brossard, onde se determinou que as Comissões Parlamentares de Inquérito podem aprofundar suas investigações em relação a fatos correlatos, não especificados no requerimento de sua instalação.

Para melhor entendimento, diz a ementa do v. arresto supracitado:

“Por uma necessidade funcional, a comissão parlamentar de inquérito não tem poderes universais, mas limitados a fatos determinados, o que não quer dizer não possa haver tantas comissões quantas as necessárias para realizar as investigações recomendáveis, e que outros fatos, inicialmente imprevistos, não possam ser aditados aos objetivos da comissão de inquérito, já em ação. O poder de investigar não é um fim em si mesmo, mas um poder instrumental ou ancilar relacionado com as atribuições do Poder Legislativo.”

Há muito se tem noticiado, em todo o País, que o Governo Federal, através de seus agentes públicos que têm direito ao uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, denominados ecônominos, tem utilizado esse instrumento de pagamento de forma abusiva e com desvio de finalidade. Tanto é certo que, já no ano

de 2003, o primeiro subscritor deste requerimento fez uma representação na Procuradoria Geral da República, visando propiciar uma ampla investigação sobre o uso indevido destes mesmos cartões. Nos últimos dias, por conta de novos escândalos sobre a utilização dos cartões corporativos, envolvendo, inclusive, ministros do Governo Federal, o assunto ganhou repercussão nacional e resultou na abertura de inquérito civil, por parte do Ministério Público Federal do Distrito Federal, tendo como base, dentre outros elementos, a representação feita pelo autor deste requerimento.

Assim, tem-se como fato concreto, a ser investigado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o abuso no uso dos CPGF e os eventuais desvios de sua finalidade quando das compras e saques efetuados.

O prazo de duração desta Comissão Especial de Inquérito será de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado, caso haja necessidade de aprofundamento das investigações, e deverá ser composta de 22 (vinte e dois) membros, sendo 11 (onze) deputados federais e 11 (onze) senadores da República, limitando-se as despesas ao valor de até R\$200.000,00 (duzentos mil reais), à conta do orçamento do Senado Federal.

Preenchidos os requisitos constitucionais de instituição da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, quais sejam, assinatura de 1/3 (um terço) dos membros de ambas as Casas, existência de fato determinado e prazo certo de duração da Comissão, requer-se que o presente requerimento seja prontamente deferido.

Aliás, esse tem sido o entendimento externado pela mais alta Corte do País, o Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer as CPI como um instrumento da minoria e, portanto, um legítimo exercício de investigação por parte do Poder Legislativo, conforme consagrado na Constituição Federal.

Justificação

De início, necessário se faz consignar que o instituto do cartão corporativo é um instrumento eficiente e eficaz na desburocratização de ações emergenciais e essenciais do Governo Federal, utilizado nas modernas gestões dos mais importantes países do mundo. Portanto, que fique claro, **ab initio**, que o objetivo desta CPMI não é voltar-se contra o Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, mas sim, apurar os desvios e abusos no seu uso.

Nesse sentido, inúmeros são os fatos demonstrados pelo Tribunal de Contas da União e noticiados pela imprensa nacional, que confirmam a utilização indevida e ilegal dos cartões corporativos. Vejamos alguns deles:

O aumento de gastos que ocorre a cada ano, sem dúvida, já constitui sério indício de abuso e des-

vio de finalidade no uso dos CPGF por parte de um número expressivo de agentes políticos que possuem o mencionado cartão. Segundo o Portal Transparência Brasil, houve expressiva evolução dos gastos nos últimos seis anos e, de forma mais acentuada, nos últimos quatro anos.

2001 – ano da criação do cartão
2002 – 3,6 milhões
2003 – 4,8 milhões
2004 – 14,1 milhões
2005 – 21,7 milhões
2006 – 33 milhões
2007 – 75,6 milhões.

Portanto, entre os anos de 2001 (ano em que o cartão corporativo passou a ser efetivamente utilizado no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso) e 2007 (atual gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva), as despesas pagas com o cartão corporativo aumentaram significativamente, demonstrando a necessidade de uma investigação profunda sobre o uso dos mesmos.

Importante, ainda, registrarmos, que a maior parte desses valores (60%, segundo auditoria do TCU, realizada no ano de 2004) foi sacada em dinheiro pelos chamados ecônominos (titulares dos cartões), o que torna ainda mais obscuro o uso desses cartões e, o que é pior, torna impossível saber-se o destino final desses recursos sacados na “boca do caixa”.

Outra não foi a conclusão do Tribunal de Contas da União – TCU nos autos da Tomada de Contas nº 001.110/204-0. O respectivo acórdão deste procedimento foi enfático ao dizer que “...as despesas pagas em moeda corrente são bastante expressivas, chegando mesmo a superar o valor pago em faturas” (sic).

Aliás, diversos foram os procedimentos, decorrentes da representação que apresentamos no ano de 2003, já abertos no TCU para fins de apurar o uso dos Cartões Corporativos (TC nº 001.110/2004-0; TC nº 011.476/2006-8; TC nº 015.259/2005-6; TC nº 011.825/2005-2; TC nº 016.236/2005-6 e TC nº 007.512/2006-0), dentre outros.

Esses mesmos procedimentos, através de parecer exarado por seus auditores externos, apontaram algumas irregularidades encontradas, tais como:

- Inexistência das empresas nos endereços consignados na Nota Fiscal;
- Pagamento de diárias de pessoas que não compunham a comitiva oficial;
- Pagamentos de um determinado número de diárias, a hotéis, superior ao período de estada da autoridade pública.

Vale lembrar que o Decreto nº 3.892/01, que regulamenta o uso dos CPGF's, dispõe que sua utilização está limitada às seguintes situações:

- Aquisição de bilhetes de passagem pelo menor preço dentre aqueles oferecidos pelas companhias aéreas;
- Aquisição de matérias e serviços de pronto pagamento e de entrega imediata, enquadrados como suprimento de fundos;
- Suprimento de fundos a servidor para os casos de despesas em viagens ou serviços especiais que exijam pronto pagamento em espécie;
- Despesas de caráter sigiloso;
- Para atender despesas de pequeno vulto.

Ocorre que, na prática, o que se constata é que os portadores desse cartão, não se limitaram a usá-lo nos moldes acima prescritos. Daí “compreender-se” a razão pela qual o gasto anual com os cartões de crédito do Governo Federal em 2007, superou a cifra dos 75 milhões de reais.

Ademais, um simples exame nos processos que tramitam perante o TCU é suficiente para perceber-se que grande parte dos gastos efetuados pelos respectivos titulares desses cartões, deu-se com a compra de materiais de escritório, de construção, de hospedagem e, ainda, para o pagamento de serviços de transporte.

Essa constatação caracteriza evidente fracionamento de despesas com o intuito de afastar a necessária licitação. Registre-se que essa prática de compras singulares (fracionadas) vem facilitada na medida em que os saques, como já dito, são feitos em dinheiro, dissimulando-se, assim, a destinação final dos gastos que efetuam. Aliás, foram os próprios técnicos do TCU que constaram essa prática e, ao exararem seu parecer, asseveraram: “...o uso excessivo de suprimentos de fundos aumenta a probabilidade de fracionamento das despesas, como meio de fuga à licitação”.

No afã de demonstrarmos a indignação generalizada da sociedade para com esses gastos abusivos, pedimos vênia para transcrever o editorial da Folha de São Paulo do dia 28 de janeiro de 2008, página A2, nos seguintes termos:

“Servidores públicos titulares dos cobiçados cartões de crédito corporativos efetuaram despesas em lojas de instrumentos musicais, clínica veterinária, ótica, choperias, joalherias e até em um **free shop**.

Trata-se de uma lista exuberante. Não é necessário padecer de paranóia para nutrir legítimas desconfianças, em especial quando

se considera que os cartões corporativos se destinam a gastos emergenciais e a diárias de viagens."

Outrossim, tivemos agora, mais recentemente, a citação, pela imprensa, de ministros que estavam usando irregularmente o cartão corporativo.

Aliás, segundo noticiado pela imprensa nacional, a Ministra Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, no ano de 2007, gastou a importância de 171,5 mil reais, sem que se tenha qualquer justificação a evidenciar que tal montante tenha sido destinado a trabalhos desenvolvidos no afã de alcançar os resultados planejados pela sua pasta. Questionada sobre o assunto, a Srª Ministra limitou-se a dizer, sem que comprovasse o afirmado, que essas despesas decorreram de viagens realizadas para acompanhar a implantação de políticas do órgão.

Porém, conforme investigação em andamento, o valor mensal médio gasto pela Srª Ministra foi da ordem de R\$14,25 mil, o que estaria a exigir, para a realização dessas viagens, procedimento licitatório, nos termos do artigo 24, II, da Lei de Licitação.

E mais, entre as despesas realizadas, pela Sra. Ministra, foram identificadas aquisições de produtos no **Duty Free** (loja livre de taxas de importação em aeroporto), o que, de **per si**, já evidencia o indevido "uso do cartão corporativo. Tanto é verdade, que na semana retrasada, ao ter suas compras reveladas pela imprensa, a mesma, apesar de afirmar que seu erro decorreu da falta de informação adequada sobre o uso do cartão, reconheceu a irregularidade havida e devolveu o valor gasto indevidamente. O mesmo ocorreu em relação a uma despesa no valor de R\$461,16, realizada na loja Dufry Brasil. Todos esses fatos acabaram, inclusive, por ensejar seu pedido de renúncia, ato esse atendido pelo Presidente da República.

Muitos outros argumentos poderiam ser trazidos à baila para justificar a necessidade da instalação dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, todavia, para não nos alongarmos ainda mais, lembramos aos ilustres congressistas que, repita-se, a representação proposta pelo primeiro subscritor deste requerimento, perante a Procuradoria da República, se deu no ano de 2003 e, somente agora, quase cinco anos depois, gerou a Portaria nº 1, de 23 de janeiro de 2008, determinando a instauração de inquérito civil para investigar esses fatos.

Portanto, não se argumente aqui que, o inquérito instaurado pelo Ministério Público Federal, ou mesmo a investigação ora instaurada na CGU – Controladoria Geral da União, seriam suficientes para analisar as irregularidades acima apontadas.

Em verdade, nenhum desses órgãos e nem mesmo o TCU – Tribunal de Contas da União possui a agilidade de uma CPMI, pois não possuem o poder jurisdicional que esta comissão detém.

Enfim, sua imprescindibilidade decorre da constatação inequívoca de que, por ter poderes equivalen-

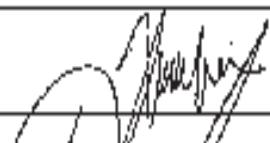
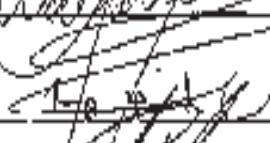
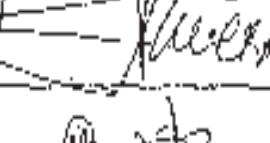
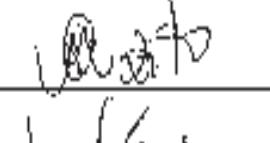
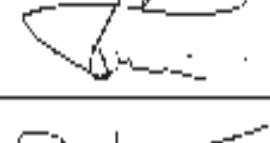
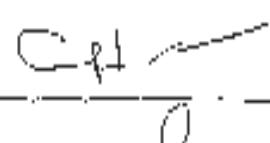
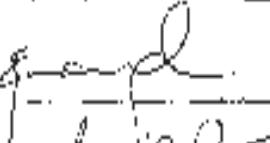
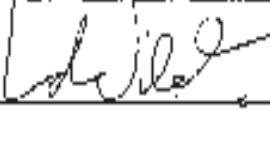
tes a de um Magistrado, essa comissão conseguiria, no prazo estipulado para a conclusão de suas atividades (noventa dias), obter todos as informações e documentos necessários, bem como realizar todas as oitivas complementares, a fim de responsabilizar aqueles que, de fato, fizeram o uso indevido dos cartões corporativos. Essa agilidade, não só permitiria a punição dos responsáveis, mas também restabeleceria a credibilidade deste importante e eficiente instrumento de gestão que é o cartão corporativo. Ademais, a instalação da CPMI seria a única forma de darmos uma rápida resposta à sociedade sobre este assunto que, notoriamente, tem gerado um sentimento generalizado de indignação em todo o País.

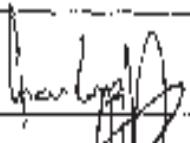
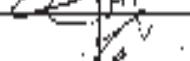
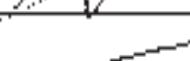
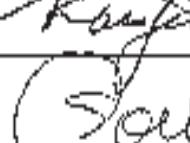
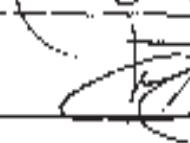
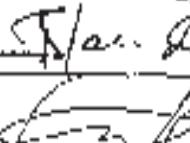
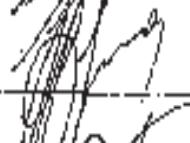
Derradeiramente, ainda a demonstrar a existência de indícios suficientes a justificar uma fiscalização rigorosa por parte da Câmara e do Senado, temos que a Comissão de Ética Pública, constituída pelo Governo Federal, em sua última reunião, através de seu Presidente, o ex-Ministro Marcílio Marques Moreira, solicitou à CGU (Controladoria Geral da União) que investigue as compras feitas pela Ministra Matilde Ribeiro (Igualdade Racial), alegando que haviam chegado à conclusão de que o assunto "... ao menos em primeira instância, deve ser examinado pela CGU pelas implicações potenciais que pode ter." e ainda que "... no caso dela... achamos que pode haver complicações legais e, ao contrário de nós, a CGU tem capacidade de investigação". Em outras palavras: é o próprio governo reconhecendo a gravidade do assunto e a necessidade de uma ampla investigação.

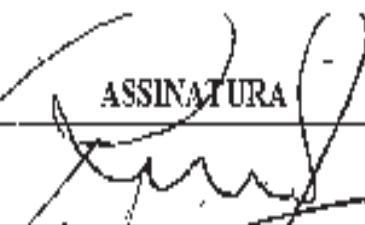
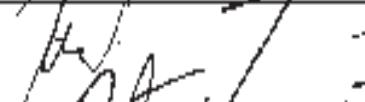
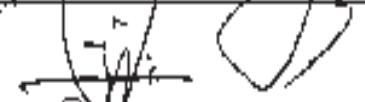
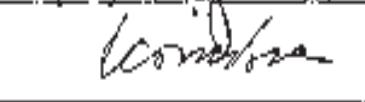
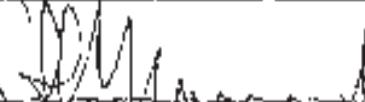
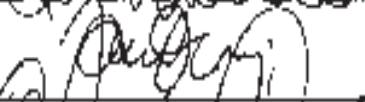
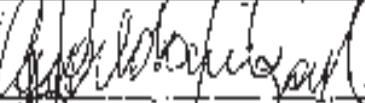
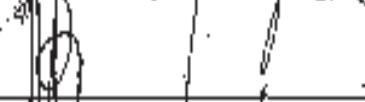
Registrarmos, por fim, que após a conclusão de todas as investigações, que deverão abranger todo o período de existência do chamado "cartão corporativo", a CPMI terá ainda condições de apresentar uma proposta legislativa que, de fato, garanta a fiscalização e controle dos gastos e, quiçá, um projeto de lei similar à Lei de Responsabilidade Fiscal, porém, no âmbito adstrito do aludido cartão corporativo no Executivo. Isto porque os princípios que norteiam o art. 37 da CF/88 são os da probidade e moralidade administrativa, resultando em postura ética e transparência nas gestões e gastos, fim maior da República.

Desta forma, presentes os requisitos necessários para a instalação de uma CPMI, quais sejam: assinatura de um terço dos membros componentes de ambas as Casas Legislativas que vai investigar o fato (requisito formal); o prazo de seu funcionamento (requisito temporal) e o fato determinado que será objeto de investigação (gastos indevidos do cartão corporativo), bem como considerando a gravidade dos fatos e sua repercussão, apelamos à consciência de nossos pares, para que subscrevam o presente requerimento, permitindo assim, a instalação regimental da requerida Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

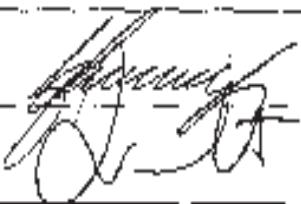
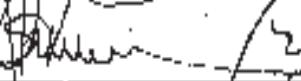
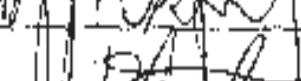
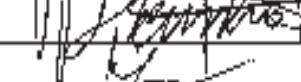
Sala das Sesões, 21 de fevereiro de 2008. – Deputado **Carlos Sampaio**, PSDB/SP.

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
✓ <u>Ademir Kiefer</u>	PSDB-PR	
✓ <u>Ulysses Guimarães</u>	DEM-ES	
✓ <u>Ricardo Góes</u>	PSDB-PB	
✓ <u>Luiz Carlos Velloso</u>	PSDB-ES	
✓ <u>Rafael Góes</u>	PSDB-MG	
✓ <u>Deivid Antônio</u>	PSDB-AL	
✓ <u>Antônio Júlio</u>	PSDB-RJ	
✓ <u>Prof. Rogério Teixeira</u>	PSDB-SC	
✓ <u>Bruno Covas</u>	PSDB-PE	
✓ <u>Chico Lacerda</u>	PSDB-RS	
✓ <u>Thierry de Oliveira</u>	PSDB-MT	
✓ <u>Afonso Wagner</u>	PRB-PR	
✓ <u>Emmanuel Fernandes</u>	PSDB-SG	
✓ <u>Ricardo Vélez</u>	PSDB-GO	

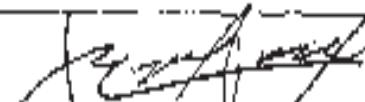
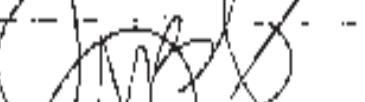
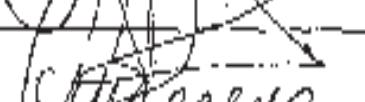
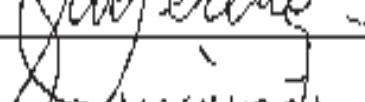
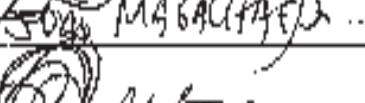
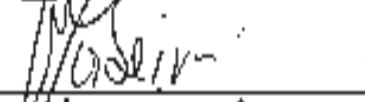
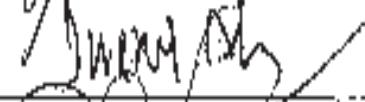
PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
✓ Edvaldo Barrosa	PSDB	
✓ William Wop	PSDB	
✓ Silvio do Rego Silvio do Rego	PSDB	
✓ Prof. Ray PAULETTI	PSDB	
✓ Carla Alvim	PSDB	
✓ Cândio Souza	PSDB	
✓ Raimundo Gomes de Matos	PSDB-CE	
✓ Paolo Raimundo SOUZA	PSDB SP	
✓ Júlio SEMEGHINI	PSDB SA	
✓ Bonfim de Almeida	PSDB-AC	
✓ Cezar Souza	PSDB TO	
✓ Vanderlei Maggi	PSDB-SP	
✓ Giovânia Moraes	PSDB-SC	
✓ José Campos	PSDB-GO	

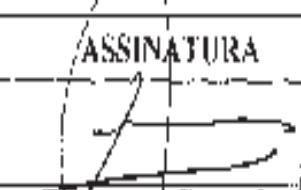
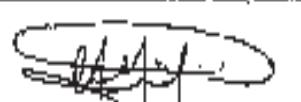
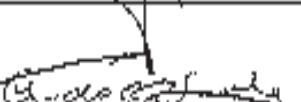
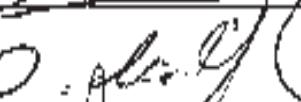
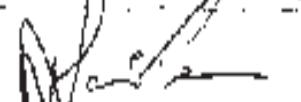
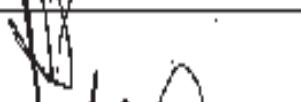
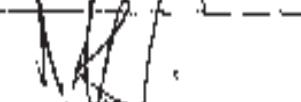
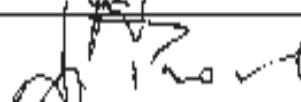
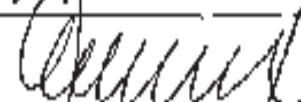
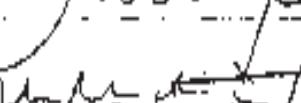
PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
Romeo Júlio Feijó	PMDB	 SEN
—	—	 I
✓ José Vane de Britas	PMDB	
✓ Fernando Henrique Cardoso	PMDB	
✓ Paulo Pimenta	PMDB/RS	
✓ Gerson Cameli	PP/AC	
✓ —	—	 Romeu Lisboa
✓ Léo Vito Coimbra	PMDB/ES	
✓ —	—	
✓ Fernando Ferreira	PT/PE	
✓ Manoel	PDT/ES	
✓ Mário Ribeiro Filho	PMDB/ES	
✓ Osvaldo Reis	PMDB/RS	
✓ Wilson Witzel	PT-MS	

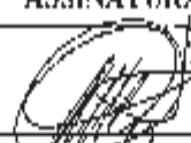
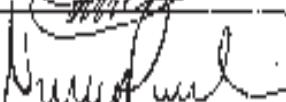
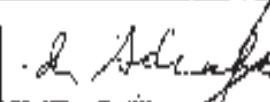
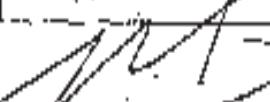
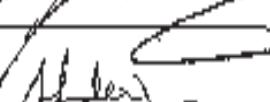
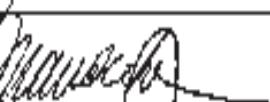
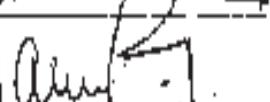
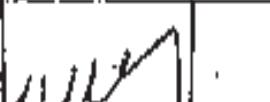
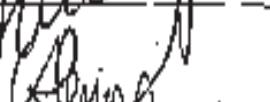
<u>PARLAMENTAR</u>	<u>PARTIDO/UT</u>	<u>ASSINATURA</u>
✓ <u>Ricardo Valente</u>	<u>PSDB</u>	<u>Ricardo Valente</u>
✓ <u>José Miguel Bertô</u>	<u>PC/PR</u>	<u>José Miguel Bertô</u>
✓ <u>Joel Fernandes Júnior</u>	<u>PR/MG</u>	<u>Joel Fernandes Júnior</u>
✓ <u>Bryton Xerxê</u>	<u>DEM/RS</u>	<u>Bryton Xerxê</u>
✓ <u>Paulo Texeira</u>	<u>PT/SP</u>	<u>Paulo Texeira</u>
✓ <u>Pedro Chaves</u>	<u>PMDB/RS</u>	<u>Pedro Chaves</u>
✓ <u>Marco Ilídio</u>	<u>PT/RS</u>	<u>Marco Ilídio</u>
✓ <u>Virgílio Guimarães</u>	<u>PT/MG</u>	<u>Virgílio Guimarães</u>
✓ <u>Giro Pedroso</u>	<u>PR-MG</u>	<u>Giro Pedroso</u>
✓ <u>Rubens Ottoni</u>	<u>PT/GO</u>	<u>Rubens Ottoni</u>
✓ <u>Bonifácio Neto</u>	<u>PDT-PR</u>	<u>Bonifácio Neto</u>
✓ <u>Ruy Mello</u>	<u>PSB-PR</u>	<u>Ruy Mello</u>
✓ <u>Góberno Santiago</u>	<u>PR-SP</u>	<u>Góberno Santiago</u>
✓ <u>Leonardo Buritica</u>	<u>PMDB-MG</u>	<u>Leonardo Buritica</u>
X <u>Plácido</u>	<u>PT/AM</u>	<u>Plácido</u>

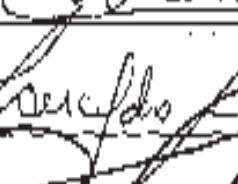
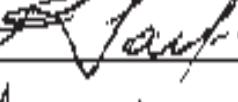
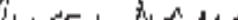
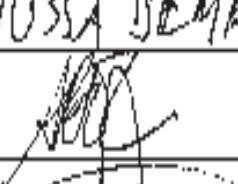
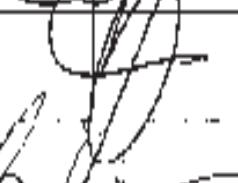
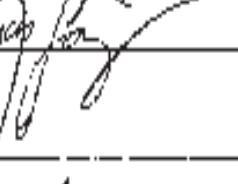
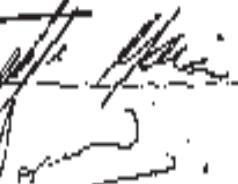
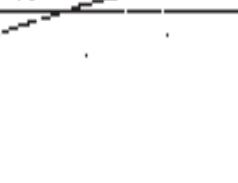
PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
✓ <u>Lyral Leme</u>	PT/MG	
✓ <u>Ivan Silveira</u>	PSOL/SP	
✓ <u>Edson Duarte</u>	PS/BA	
✓ <u>Waldemar Vaz</u>	DEM/SE	
✓ <u>Iriny Lopes</u>	PT-ES	
✓ <u>Adelmo Pretto</u>	PT/RS	
✓ <u>Ribeiro Vargas</u>	PT-RS	
✓ <u>Silviano Santiago</u>	PP-PR	
✓ <u>Inselmo</u>	PT/RO	
✓ <u>Gonzaga Patriota</u>	PSB/PE	
✓ <u>Odair Lúnha</u>	PT/MG	
✓ <u>Reinaldo</u>	PT/PA	
✓ <u>Domingos Dutra</u>	PT/MS	
✗ <u>Nelson Moraes</u>	PMDB/RJ	

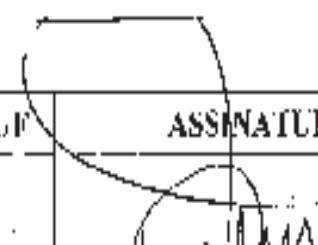
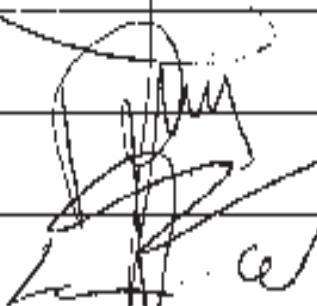
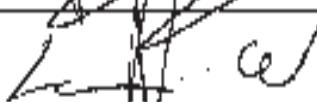
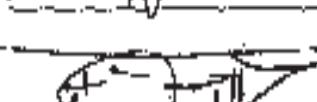
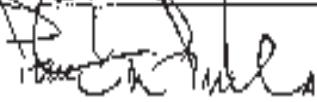
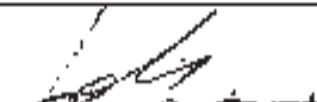
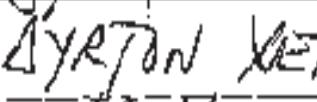
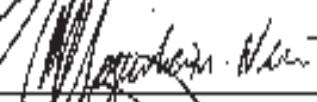
PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
✓ <u>Edvaldo Magalhães</u>	PT/SP	<u>Edvaldo Magalhães</u>
✓ <u>Luiz Carlos Hauly</u>	PSDB/PR	<u>Luiz Carlos Hauly</u>
✓ <u>Delcídio do Amaral</u>	PT/MS	<u>Delcio do Amaral</u>
✓ <u>Luís Fernando 626</u>	PT/RS	<u>Luís Fernando</u>
✓ <u>Carlos Alberto Boratto</u>		<u>Carlos Alberto Boratto</u>
✓ <u>Jerônimo Reis</u>		<u>Jerônimo Reis</u>
✓ <u>Waldyr Braga</u>	PT/SP	<u>Waldyr Braga</u>
✓ <u>Eudes Xavier</u>	PT/CE	<u>Eudes Xavier</u>
✓ <u>Décio Lima</u>	PT/SC	<u>Décio Lima</u>
✓ <u>Waldemir Barreto</u>	PT/BA	<u>Waldemir Barreto</u>
✓ <u>Antônio Andrade</u>	PTB/SC	<u>Antônio Andrade</u>
✓ <u>João Paulo</u>	PT/SP	<u>João Paulo</u>
✓ <u>Enio Bacci</u>	PDT/RS	<u>Enio Bacci</u>
✓ <u>Edison Pimentel</u>	PT/MS	<u>Edison Pimentel</u>

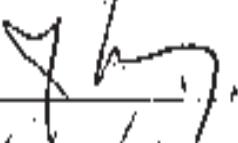
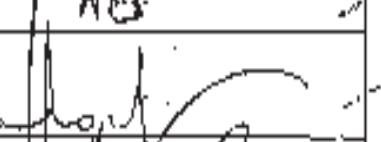
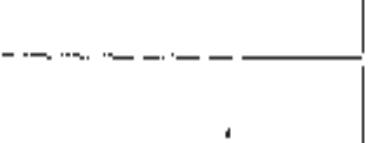
	PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
✓	João Vaz Júnior	PDT/SP	
✓	Waldemar Nogueira	PSB/SC	
✓	Moguelo	PT/DF	
✓	...	PMDB/MG	
✓	CARLOS WILHELM/PTC/MG		
✓	Paulo Rubens Santiago	PDT/PE	
✓	Henrique Fonseca	PT/AC	
✓	Luís Sérgio	PT/RJ	
✓	Joaquim Belchior	PROS/PR	
✓	Fábio Pereira	PSC/RJ	
✓	Fernando Gabeira	PS/PI	
✓	Juvenil Dantas	PRB/PR	
✓	Fernaldo Góes de SA	PTB/SP	

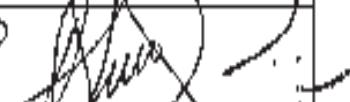
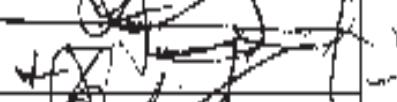
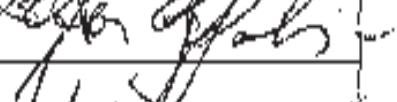
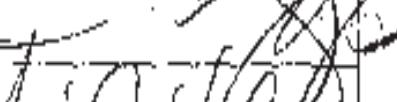
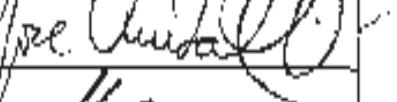
PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
fernando fernandes	PSOL-SC	
✓ JADERLEI CORDEIRO	PPS-AC	
✓ Moreira Mendes	PPS-AP	
✓ Roger Silvestri	PPS-PR	
✓ Guilherme Thássius	PPS-MG	
✓ Caio de Moraes	PP/SP	
✓ ARNALDO JARDIM	PPS/SP	
✓ Moreira Maggi	PPS/RJ	
✓ Ruth de Souza	PPS/PE	
✓ LEANDRO SANTIAGO	PPS/RJ	
✓ Wilson Soárez	PPS/RS	
✓ Humberto Souto	PPS/MG	
✓ Alessandra Silveira	PPS/MG	
✓ Augusto Carvalho	PPS/DF	

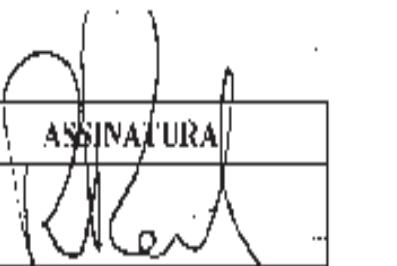
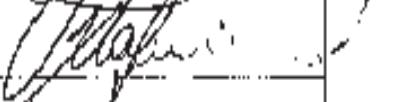
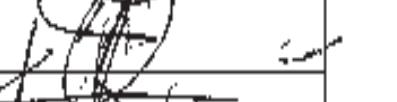
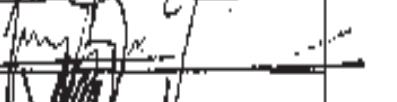
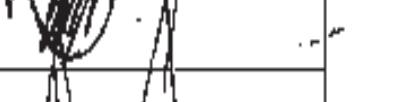
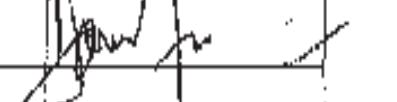
	PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
✓	Urgenir Ribeiro	PSDB/PR	
✓	NILSON PINTO	PSDB/PA	
✓	Guilherme Mello (Mello) PMS/MS		
✓	Manoel Sodré	PSDB	
✓	Antônio Mabeira	PSDB	
✓	WILDEMBERG GOMES	PSDB/PI	
✓	NARCISO RODRIGUES	PSDB-MG	
X	CARLOS BERNARDO	PSDB-MA	
✓	Chico Flores	PSOL/RJ	

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
✓ Onyx Lorenzoni	PTB / RS	
✓ Vie Pires Franco	DEM / PA	
✓ EDUARDO SCIOLA	DEM / PR	
✓ Romário de Carvalho	GAUS 227	
✓ Ruy Paulista	5.734	
✓ Wagner	712	
✓ INACIO DA COSTA	441	
✓ Mário Inácio	645	
✓ Silvinton Pecorini	573	
✓ Fernando Gómez	569	
✓ NILMAR RUIZ	864 / 70	
✓ Jobim do Maluf	861 / SP	
✓ FELIPE MEIRA	DEM / RN	
✓ Germano Bonow	DEM / RS	

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATUR
✓ <u>Dilma Rousseff</u>	PT	
✓ <u>Ronaldo Mochi</u>	503	
✓ <u>Luciano Pinto</u>	DEM	
✓ <u>Fábio Souto</u>		
✓ <u>Carlos Melles</u>	DEM	
✓ <u>Angélica Paula</u>	DEM-PE	
✓ <u>Engenheiro Reg</u>	DEM-SE	
✓ <u>Efraim Filho</u>	DEM-PB	
✓ <u>José Carlos Moraes</u>	DEM-SC	
✓ <u>Antônio Braga</u>	DEM-SC	
✓ <u></u>	DEM-RJ	
✓ <u>Jose Carlos Alves</u>	DEM-BA	
✓ <u>Alem Neto</u>	DEM-BA	
✓ <u>Vanu Perdigão</u>	DEM-PE	

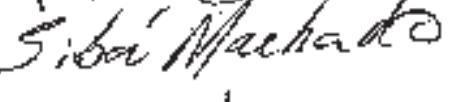
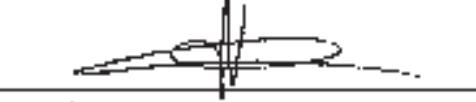
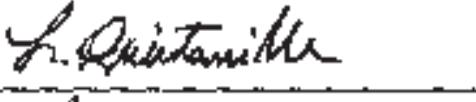
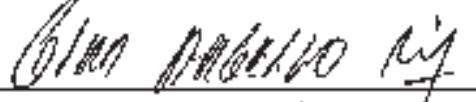
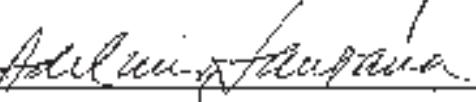
PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
João Oliveira	DEM-TO	
Monica Benini	DEM-TO	
Jorge Kitovski	DEM-TO	
Felix Jardim	DEM-BA	
Walter Hoffmann	DEM-SP	
Luz Carrila	DEM-AC	
Ronivaldo	DEM-RJ	
SOLANGE AMARAL	DEM-RJ	
Wiz C. Ferim	DEM-PR	
Gilmarre (AMPO)	DEM-SP	
Fernando dos Reis Neto	DEM-BA	
Ronivaldo		

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
✓ JOSE' CARLOS LACHADO	DEM	
✓ Luiz F. F. G. Lima	DEM	
✓ Fábio Souto	DEM	
✓ JUlio DELGADO	PSB	
✓ Rômulo JUNIOR	PMB	
✓ RONILDO DE LASCAR	PL	
✓ EDSON Almeida	PSB-SP	
✓ LEOALDO Coutinho	PSDB-PA	
✓ RENATO JOSÉ JO	PSDB-PE	
✓ JOSE' ANIBAL	PSB-SP	
✓ 	PSDB	

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
✓ Rosendo Rocha	PSB/MA	
✓ Silvio Tonello	PSDB/SP	
✓ Renato Aman	PSDB/SP	
✓ César Neto	PSDB/SP	
✓ Duarte Nogueira	PSDB/SP	
✓ Ricardo Vaz/SC	PSDB/SC	
✓ Renato Maia	PSDB/SP	
✓ Fernando Gómez	PSDB/SP	
✓ Marinho Itaya	PMDB/PE	
✓ Ayrton Veloso	DEM-PE	
✓ José da Almeida	PSDB/BA	

1 - ARTHUR VIRGÍLIO	<i>Arthur Virgílio</i>
2 TAREZ VASCONCELOS	<i>Tarez Vasconcelos</i>
3 ROBERTO CRIVELLO	<i>Roberto Crivello</i>
4 GERALDO MESQUITA	<i>Geraldo Mesquita</i>
5	<i>Baldim</i>
6 ANTONIO BELLUCCI	<i>Antônio Bellu</i>
7 JOSÉ AGRIMONI	<i>José Agrimoni</i>
8 Expedição	<i>Expedição</i>
9 WILSON GOLDRING	<i>Wilson Goldring</i>
10 MAIO COUTO	<i>Maio Couto</i>
11 EDISONSON	<i>Edisonson</i>
12 MARCOS	<i>Marcelo Marcos</i>

MM
 Cláudio Lyra representante
 Secretaria-Geral da Cm
 10.02.08
 Belli

13		Marcos MACIEL
14		Flávia Ribeiro
15		Tito Vianka
16		SIBA' MACHADO
17		
18		Leonardo Moraes
19		Blair Ruffino
20		Adelmo Faria
21		Antônio Carlos Magalhães
22		Agueda
23		Blair Ruffino
24		Blair Ruffino
25		José Mamedinho
26		Paulo Frey

27	<i>Paulo Cesar Giambiagi</i>	<i>Paulo Cesar Giambiagi</i>
28	<i>Edmundo Gómez</i>	<i>Edmundo Gómez</i>
29	<i>Antônio José</i>	<i>Romeu Tuma</i>
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – O requerimento lido contém o número constitucional de subscritores e será publicado para que produza seus efeitos legais.

A Presidência fará, oportunamente, as designações para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, de acordo com as indicações que receber das lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Sobre a mesa vetos presidenciais que serão lidos pelo Sr. Primeiro-Secretário em exercício, Inocêncio Oliveira.

São lidos os seguintes:

Veto Parcial nº 12, de 2007 (Mensagem nº 55/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 335/2006), que “Dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências”.

Veto Parcial nº 13, de 2007 (Mensagem nº 56, de 2007-CN), aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 340/2006), que “Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.128, de 28 de junho de 2005, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 10.260, de 12 de julho de 2001, 6.194, de 19 de dezembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.432 de 8 de janeiro de 1997, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 6.094, de 30 de agosto de 1974, 8.884, de 11 de junho de 1994, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.706, de 14 de setembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 11.311, de 13 de junho de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Decreto-Lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988; e dá outras providências”.

Veto Parcial nº 14, de 2007 (Mensagem nº 57/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei de

Conversão nº 5, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 353/2007), que “Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências”.

Veto Parcial nº 15, de 2007 (Mensagem nº 58/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 352/2007), que “Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga o art. 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005”.

Veto Parcial nº 17, de 2007 (Mensagem nº 71, de 2007-CN), aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 351/2007), que “Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI; reduz para 24 (vinte e quatro) meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.666, de 8 de maio de 2003, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.892, de 13 de julho de 2004, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.196, 21 de novembro de 2005; revoga dispositivos das Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977; e dá outras providências”.

Veto Parcial nº 18, de 2007 (Mensagem nº 73/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 341/2006), que “Altera as Leis nºs

9.657, de 3 de junho de 1998, 10.480, de 2 de julho de 2002, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, 11.356, 11.357 e 11.358, de 19 de outubro de 2006, 8.025, de 12 de abril de 1990, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 11.457, de 16 de março de 2007, e dá outras providências”.

Veto Parcial nº 19, de 2007 (Mensagem nº 74/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 349/2007), que “Institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências”.

Veto Parcial nº 20, de 2007 (Mensagem nº 75/2007-CN) aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 339/2006), que “Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004 e 10.845 de 5 de março de 2004; e dá outras providências”.

Veto Parcial nº 21, de 2007 (Mensagem nº 80/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), “Dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea **b** do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988, para modificar o processamento de embargos no Tribunal Superior do Trabalho”.

Veto Parcial nº 26, de 2007 (Mensagem nº 107/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2007, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências”.

Veto Parcial nº 29, de 2007 (Mensagem nº 133/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 372/2007), que “Dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos à vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nºs 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e

11.322, de 13 de julho de 2006, 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, 10.696, de 2 de julho de 2003, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.427, de 27 de maio de 1992, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”.

Veto Total nº 30, de 2007 (Mensagem nº 137/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002 (nº 7.509/2006, na Câmara dos Deputados), que “Acrescenta parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro”.

Veto Parcial nº 31, de 2007 (Mensagem nº 176/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2007 (nº 1.631/2007, na Casa de origem), que “Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; altera o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências”.

Veto Total nº 32, de 2007 (Mensagem nº 177/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que “Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências”.

Veto Total nº 34, de 2007 (Mensagem nº 180/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003 (nº 7.362/2006, na Câmara dos Deputados), que “Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder adicional de periculosidade aos carteiros e dá outras providências”.

Veto Parcial nº 35, de 2007 (Mensagem nº 182/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), que “Torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias”.

Veto Parcial nº 36, de 2007 (Mensagem nº 184/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 33, de 2007 (oriundo da Medida Provisória nº 387/2007), que “Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa

de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008.

Veto Parcial nº 37, de 2007 (Mensagem nº 185/2007-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006 (nº 5.288/2005, na Casa de origem), que “Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum e na Resolução nº 2, de 2000-CN, ficam assim constituídas as Comissões Mistas incumbidas de relatar os vetos:

Veto Parcial nº 12, de 2007 (PLV N° 4/2007)

SENADORES

Arthur Virgílio
Inácio Arruda
Gilvam Borges
Epitácio Cafeteira

DEPUTADOS

André Vargas
Colbert Martins
Rodrigo Rollemberg
Leonardo Vilela

Veto Parcial nº 13, de 2007 (PLV N° 12/2007)

SENADORES

Marconi Perillo
Ideli Salvatti
Romero Jucá
Jefferson Peres

DEPUTADOS

Jilmar Tato
Vital do Rego Filho
Beto Albuquerque
Mussa Demes

Veto Parcial nº 14, de 2007 (PLV 5/2007)

SENADORES

Flexa Ribeiro
Marcelo Crivella
Gilvam Borges
José Nery

DEPUTADOS

Zezéu Ribeiro
Colbert Martins
Jooão dado
Jaime Martins

Veto Parcial nº 15, de 2007 (PLV 11/2007)

SENADORES

Arthur Virgílio
João Pedro
Gilvam Borges
Sérgio Zambiasi

DEPUTADOS

Décio Luna
Árila Lins
Flávio Dino
Sandes Júnior

Veto Parcial nº 17, de 2007 (PLV 13/2007)

SENADORES

Lúcia Vânia
Renato Casagrande
Gilvam Borges
Jefferson Peres

DEPUTADOS

Odair Cunha
Nelson Trad
Dr. Ubiali
William Woo

Veto Parcial nº 18, de 2007 (PLV 6/2007)

SENADORES

Aloizio Mercadante
Heráclito Fortes
Romero Jucá
José Nery

DEPUTADOS

Tarcísio Zimmermann
Felipe Pereira
Mauro Nazif
William Woo

Veto Parcial nº 19, de 2007 (PLV 10/2007)

SENADORES

Arthur Virgílio
Aloizio Mercadante
Romero Jucá
Sérgio Zambiasi

DEPUTADOS

Marco Maia
Wilson Santiago
Silvio Costa
Ivan Valente

Veto Parcial nº 20, de 2007 (PLV 7/2007)

SENADORES

Tasso Jereissati
Fátima Cleide
Marconi Perillo
Jefferson Peres

DEPUTADOS

Fátima Bezerra
Marcelo Guimarães Filho
Severiano Alves
Frank Aguiar

Veto Parcial nº 21, de 2007 (PLC 66/2006)

SENADORES

José Agripino
Paulo Paim
Valter Pereira
José Nery

DEPUTADOS

Maurício Rands
Leonardo Picciani
Vlalernir Pereira
Silvinho Paccioli

Veto Parcial nº 26, de 2007 (PLN 2/2007)

SENADORES

Sibá Machado
Jayme Campos
Leomar Quintanilha
Sérgio Zambiasi

DEPUTADOS

José Pimentel
Pedro Novais
Abelardo Camarinha
Humberto Souto

Veto Parcial nº 29, de 2007 (PLV 23/2007)

SENADORES

Jayme Campos
Mão Santa
Aloizio Mercadante
Osmar Dias

DEPUTADOS

Antonio Palocci
Fernando Lopes
Manoel Júnior
Wandenolk Gonçalves

Veto Total nº 30, de 2007 (PLS 3/2002)**SENADORES**

Heráclito Fortes
Ideli Salvatti
Paulo Duque
José Nery

DEPUTADOS

Sérgio Barradas Carneiro
Íris de Araújo
Vieira da Cunha
Roberto Magalhães

Veto Parcial nº 31, de 2007 (PLC 80/2007)**SENADORES**

Adelmir Santana
Renato Casagrande
Almeida Lima
Sérgio Zambiasi

DEPUTADOS

Pedro Eugênio
Eunício Oliveira
Ariosto Holanda
Marcelo Ortiz

Veto Parcial nº 32, de 2007 (PLC 132/2005)**SENADORES**

Kátia Abreu
Augusto Botelho
Wellington Salgado de Oliveira
Osmar Dias

DEPUTADOS

Tarcísio Zimmermann
Gastão Vieira
Rogério Marinho
Paes Lnadim

Veto Parcial nº 34, de 2007 (PLS 82/2003)**SENADORES**

álvaro Dias
Paulo Paim
Romero Jucá
José Nery

DEPUTADOS

Eduardo Valverde
Edgar Moury
Maria Helena
Roberto Santiago

Veto Parcial nº 35, de 2007 (PLC 33/2007)**SENADORES**

Eliseu Resende
Gilvam Borges
Marcelo Crivella
Sérgio zambiasi

DEPUTADOS

Maria do Rosário
Maria Lúcia Cardoso
Sérgio Brito
Luciana Genro

Veto Parcial nº 36, de 2007 (PLV 33/2007)**SENADORES**

Álvaro Dias
Francisco Dornelles
Romero Jucá
Osmar Dias

DEPUTADOS

Vicentinho
Jurandil Juarez
Dagoberto
Renato Molling

Veto Parcial nº 37, de 2007 (PLC 115/2006)**SENADORES**

Antonio Carlos Júnior
João Ribeiro
Valter Pereira
José Nery

DEPUTADOS

Miguel Corrêa Junior
Regis de Oliveira
Fernando Coelho Filho
Sandro Mabel

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB.RN)

– Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 12 de março de 2008.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 22 de março de 2008.

As matérias vão à publicação.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, não posso deixar de saudar V. Ex^a pela forma com que está conduzindo os trabalhos do Congresso Nacional, em especial pelo fato de V. Ex^a haver buscado um entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados no sentido de que possamos mudar a posição desconfortável em que se encontram Câmara, Senado e Congresso.

Sr. Presidente, somos favoráveis à criação da CPI de que V. Ex^a acabou de tratar. De alguma forma atuamos para que ela fosse criada.

No tocante aos vetos, a presença do Congresso Nacional tem sido apenas para compor o cenário de legalidade, porém, ausente de qualquer ação.

V. Ex^a tem conhecimento de que o número de vetos acumulados é algo que remonta ao Governo do Presidente Itamar e que a Comissão que V. Ex^a acaba de criar será igual às outras, pois não produzirá qualquer resultado.

Deixo, portanto, esse desafio não só para V. Ex^a, mas para todos nós. Sei que V. Ex^a tentou no dia de ontem votar alguns vetos e encontrará na Oposição toda a disposição para que isso ocorra, porque a vida jurídica nacional se ressente da insegurança jurídica gerada pelos vetos.

Na verdade, os vetos são como um morto que ainda não foi enterrado, e, eventualmente, podem mudar todo o curso da legislação brasileira.

Portanto, faço um apelo a V. Ex^a, que está disposto a mudar essa posição desconfortável em que se encontram Câmara, Senado e Congresso, para que possamos fazer um esforço e, talvez, fazer com que realmente haja resultado nos trabalhos da Comissão criada para tratar de algo tão importante quanto o voto.

Talvez devêssemos evoluir para uma mudança consensual e criar uma comissão específica da Câmara e do Senado, ou uma comissão permanente mista para emitir pareceres sobre os vetos.

Esta é a observação singela de um Deputado que admira V. Ex^a e que gosta muito deste Parlamento.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também me juntar a todos os Srs. Senadores e Srs. Deputados, Congressistas do nosso País, que têm manifestado opinião favorável em relação à maneira correta com que V. Ex^a conduz os trabalhos do Congresso Nacional, bem como ao seu desempenho.

Esta é uma sessão importante, a primeira do ano, e já estamos votando projetos. Lemos o requerimento para a criação de uma CPMI e também a pauta de vetos, tema que há muito não apreciávamos.

Sr. Presidente, congratulo-me com V. Ex^a e com as 2 Casas do Poder Legislativo do nosso Brasil.

Faço um apelo a V. Ex^a: esgotada a pauta desta sessão, solicito que V. Ex^a a encerre antes das 14h, porque o Regimento Interno da Câmara dos Deputados impede o início da sessão ordinária após esse horário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Deputado Inocêncio Oliveira, comprehendo a preocupação de V. Ex^a

Faço um apelo aos oradores inscritos para o período de Breves Comunicações para que possamos cumprir o Regimento da Câmara dos Deputados.

O Deputado Manato já abriu mão, assim como o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não posso deixar de atender ao pedido do meu amigo Inocêncio Oliveira, que vai me conceder a palavra à tarde, na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Consulto o Deputado Sebastião Bala Rocha.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (Bloco/PDT-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Abro mão da minha inscrição, Sr. Presidente, para colaborar com a Câmara dos Deputados e com Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Consulto o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Também manifesto minha desistência, Sr. Presidente, pois falaremos na sessão da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Consulto o Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, abro mão da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Há, ainda, sobre a mesa alguns vetos que estão prejudicados, mas não há tempo para lê-los. Portanto, vou deixar a leitura para próxima reunião.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trago a este Plenário assunto triste, de pesar: a morte de 2 pessoas que têm muito a ver com o Congresso Nacional, 2 ex-Deputados Federais, sendo que Jonas Pinheiro também foi Senador.

Ontem, tivemos a tristeza de enterrar o Senador Jonas Pinheiro em sua cidade natal. Quero prestar-lhe homenagem, que deve ser do Congresso Nacional.

Do mesmo modo, como voto de pesar, assinado pelo Senador João Pedro, e aberto a quem mais queira participar desse gesto, hoje prestaremos homenagem, no Senado Federal, que creio seja também da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, ao Deputado Francisco Pinto, falecido aos 77 anos de idade, na Bahia, herói da resistência ao regime de força, que pagou todas as penas e preços para sustentar suas convicções.

O Brasil tem o hábito de esquecer seus heróis. Francisco Pinto foi um, na época em que a República brasileira precisava de quem tivesse desprendimento para adotar atitude de herói.

Portanto, no Senado Federal, prestaremos homenagem a Jonas Pinheiro e a Chico Pinto. Imagino essa ser determinação também do Congresso Nacional, e da Câmara dos Deputados, porque ambos tiveram, cada um do seu lado, e até em trincheiras opostas, inúmeras vezes, brilhantes e significativas passagens por este Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Senador Arthur Virgílio, agradeço a V. Ex^a as palavras, bem como aos demais Parlamentares. Abordaremos o tema levantado por V. Ex^a no início da sessão, no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 14 horas.)

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (DEM-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 12.12.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Anexo II – Senado Federal
Telefones: 3311-5255 e 3311-4561
scop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2^a Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6^a Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB – RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENmann (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ⁴ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 20.12.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Anexo II – Senado Federal
Telefones: 3311-5255 e 3311-4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

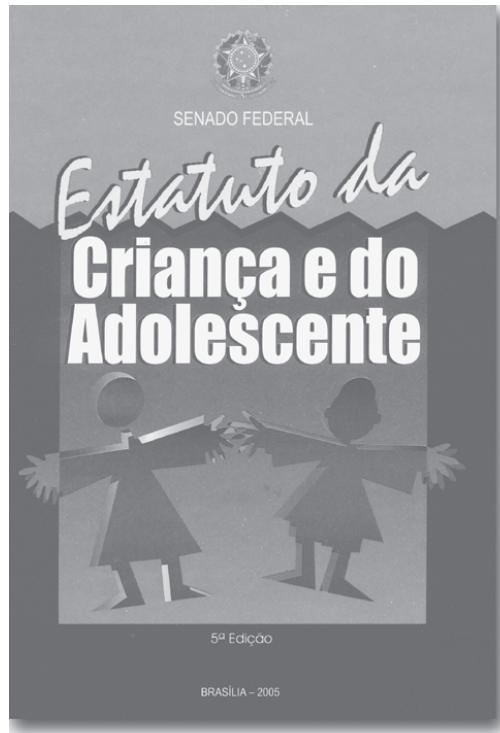
**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



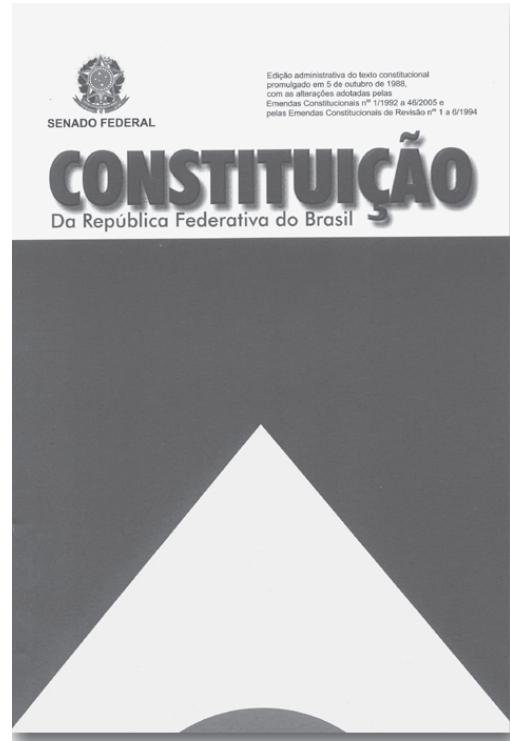
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Edição e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo livro)

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988, o texto integral das Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e das demais emendas constitucionais e índice temático.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

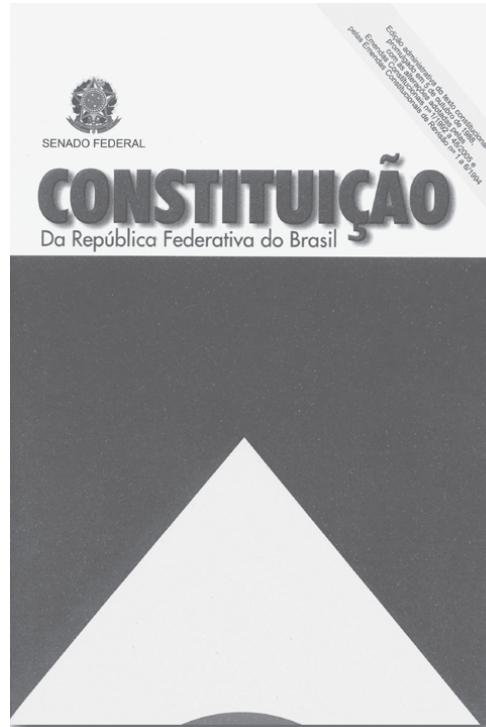
- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo econômico)

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 60 PÁGINAS